



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

23

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002638-70.2014.8.17.0000 (0330263-2)

COMARCA: CARUARU

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ISRAEL QUEIROZ CARVALHO DE ARAÚJO

PACIENTE: LEONARDO DA SILVA JUNIOR

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS
CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE
IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO
PERMITIDO. DECRETAÇÃO DA PRISÃO
PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE
CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DE
EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA
CULPA. IMPROCEDÊNCIA. TRAMITAÇÃO
REGULAR. INSTRUÇÃO JÁ ENCERRADA E
PROCESSO QUE SE ENCONTRA CONCLUSO PARA
JULGAMENTO. EXCESSO DE PRAZO NÃO
DEMONSTRADO. IRRELEVÂNCIA DE ATRIBUTOS
PESSOAIS FAVORÁVEIS. GRAVIDADE CONCRETA
DOS CRIMES IMPUTADOS. GRANDE

u

22

QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA.
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO
EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. A impetrante aduz que resta configurado constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo para o julgamento.
2. Os prazos, em processo penal, não são peremptórios, podendo ser dilatados em face de determinadas peculiaridades, e desde que nos limites da razoabilidade.
3. Em consulta aos pormenorizados informes oficiais, constatou-se que o processo teve trâmite regular, bem como que a instrução já foi encerrada e que os autos estão conclusos para julgamento.
4. Não demonstrada qualquer sorte de desídia estatal na tramitação da ação penal objeto da impetração do presente *writ*.
5. A grande quantidade de droga apreendida em poder do acusado demonstra, inequivocamente, sua dedicação ostensiva ao tráfico de substâncias ilícitas psicoativas.
6. Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0002638-70.2014.8.17.0000 (0330263-2), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 3 de junho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



25

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002638-70.2014.8.17.0000 (0330263-2)

COMARCA: CARUARU

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ISRAEL QUEIROZ CARVALHO DE ARAÚJO

PACIENTE: LEONARDO DA SILVA JUNIOR

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
NETO**

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pelo advogado Israel Queiroz Carvalho de Araújo em favor de **LEONARDO DA SILVA JUNIOR**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru/PE.

Emerge dos autos que o paciente, em 17 de outubro de 2013, pela noite, nas proximidades da Favela da Portelinha, no bairro Santa Rosa, Caruaru/PE, foi autuado em flagrante por guardar 73 (setenta e três) tabletes de maconha, 909 (novecentas e nove) pedras de crack, 01 revólver calibre ponto 38, marca TAURUS, sem numeração, com 09 (nove) munições e 01 revólver calibre ponto 32, nº 340387, marca TAURUS, com 09 (nove) munições, uma balança de precisão e 04 (quatro) facas.

Foi denunciado como incurso nas penas dos arts. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, c/c art. 12 da Lei nº 10.826/2003, tendo sido decretada sua prisão preventiva sob a égide da garantia da ordem pública.

Nas razões do presente *writ*, o impetrante aduz que, apesar de ter sido encerrada a instrução processual em 31 de janeiro do corrente ano, o paciente permanece encarcerado à espera de laudo pericial atinente à droga apreendida para então ser oportunizada ao Ministério Público a apresentação das alegações finais, o que configuraria manifesto constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo para a formação da culpa.

Segue asseverando que o processo se encontra paralisado e sem previsão para julgamento, razão pela qual pugna pela flexibilização da aplicação da súmula nº 52 do STJ.

Por derradeiro, afirma que o acusado é primário, com bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, fazendo jus à concessão da liberdade provisória.

Juntou documentos à fl. 08.

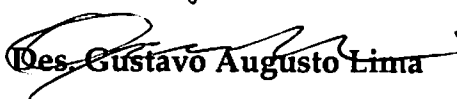
A concessão da liminar requerida foi indeferida às fls. 16/18.

A autoridade apontada como coatora prestou informações às fls. 25/27.

A douta Procuradoria de Justiça, por intermédio de parecer lançado aos autos nas fls. 54/56, opinou pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

Recife, 3 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



27

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002638-70.2014.8.17.0000 (0330263-2)

COMARCA: CARUARU

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ISRAEL QUEIROZ CARVALHO DE ARAÚJO

PACIENTE: LEONARDO DA SILVA JUNIOR

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pelo advogado Israel Queiroz Carvalho de Araújo em favor de LEONARDO DA SILVA JUNIOR, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru/PE.

Os fundamentos da presente impetração estão lastreados, em síntese, nas alegações de excesso de prazo para que haja o julgamento do paciente, uma vez que se encontra segregado cautelarmente desde outubro de 2013, bem como de que, em razão de atributos pessoais favoráveis como a primariedade, com bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, o paciente faria jus à concessão da liberdade provisória.

Consoante relatado, o paciente foi denunciado como incurso nas penas dos arts. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, c/c art. 12 da Lei 10.826/2003, tendo sido decretada sua prisão preventiva sob a égide da garantia da ordem pública.

Compulsando os autos, entendo que não assiste razão à defesa.

É cediço que a concessão da ordem de *Habeas Corpus* em razão de excesso de prazo é medida revestida de total excepcionalidade, somente estando autorizada quando constatada a existência de medidas protelatórias suscitadas pela acusação, ou diante da inércia do juízo *a quo* incumbido do processamento do feito.

Observa-se, do exame meticoloso dos autos, que não foi comprovada qualquer sorte de desídia estatal na tramitação da ação penal objeto da impetração do presente *writ*.

Em consulta aos pormenorizados informes oficiais, constata-se que todo o trâmite processual foi regular, bem como que todas as perícias foram realizadas, não merecendo prosperar a alegação do impetrante de que o processo se encontra paralisado em razão da espera de resultado de laudo pericial atinente às substâncias entorpecentes apreendidas.

Ademais, destaque-se que a defesa fez remessa dos autos em 04 de abril de 2014, devolvendo-os na secretaria judicial da 1ª Vara criminal de Caruaru/PE tão somente 20 dias depois, o que também acabou por dilatar o andamento do feito. No mais, verifica-se que a instrução se encontra encerrada desde 31 de janeiro do corrente

ano e que o processo se encontra concluso para o julgamento, não sendo aconselhável a soltura do acusado.

Sendo assim, não merece guarida a alegação de constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo.

Por derradeiro, tenha-se presente que os crimes imputados são dotados de gravidade concreta, mormente em virtude da grande quantidade de droga apreendida, bem como das armas de fogo, o que denotam, inequivocamente, a inclinação do paciente à prática de infrações penais e sua dedicação ostensiva ao tráfico de substâncias ilícitas psicoativas.

Por tais razões, os atributos pessoais favoráveis suscitados pela defesa na atual se tornam irrelevantes, porquanto patentes nos autos os pressupostos da prisão cautelar, mormente como forma de garantia da ordem pública.

Neste sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRETENSÃO DE QUE SE RECONHEÇA NULIDADE NA PRISÃO EM FLAGRANTE. CONVERSÃO PARA A PREVENTIVA DE OFÍCIO. VALIDADE. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO / INSUFICIÊNCIA. PRECEDENTES. 1. O Juízo processante ao receber o auto de prisão em flagrante, verificando sua legalidade e insuficiência ou inadequação de substituição por medida diversa, deverá convertê-la em preventiva quando reconhecer a existência dos requisitos preconizados nos arts. 312 e 313 do CPP, independente de representação ou requerimento. 312313CPP2. A necessidade da segregação cautelar encontra-se fundamentada na garantia da ordem pública, decorrente da periculosidade do recorrente, caracterizada pela reiteração de práticas delituosas. 3. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que, persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312 CPP), é despiciendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis. 312CPP4. Recurso em Habeas Corpus a que se nega provimento.

Sendo assim, não identifico nenhum constrangimento ilegal a ser sanado através da impetração do presente remédio heróico.

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor(a) Procurador(a) de Justiça, concordando com a promoção exarada pela douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É COMO VOTO.

Recife, 3 de junho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator